ANEXO

Anabela Antunes Rodrigues

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1965.

Formação académica: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (ramo Jurídico-Forense); Pós Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 1996-1997

Actividade profissional

Experiência profissional: Técnica superior desde 17-06-1997 exercendo funções de Chefe de Divisão desde 2001-04-18 no Gabinete Jurídico da ex-DRAOT e a partir de 2003.05.24 na CCDRC. De 1 de Maio de 2007 e até 30 de Setembro de 2008 exerceu funções de Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização da Direcção de Serviços de Águas Interiores da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. No âmbito da sua actividade coordenou e dirigiu aquelas unidades orgânicas, sendo responsável pela instrução dos processos de contra-ordenação instaurados por infracção à legislação ambiental e de ordenamento do território, promovendo as diligências probatórias necessárias à instrução e acompanhando a fase judicial das decisões em sede de recurso de impugnação e a fase executiva.

Procedeu à análise de reclamações e promoveu acções de fiscalização dentro da área territorial que lhe estava adstrita, propondo a emissão de notificações para restabelecimento da legalidade e propôs participação ao MP de crime de desobediência, em caso de incumprimento.

Acompanhamento de processos de contencioso administrativo relativo a actos praticados pela CCDRC.

Análise de reclamações graciosas apresentadas relativas a actos praticados pela CCDRC.

Elaboração de diversos pareceres e informações de natureza interpretativa relativas a questões da competência da CCDR.

Análise de solicitações da tutela, da IGAOT, IGAT, Provedoria de Justiça, Tribunais, etc., coligindo a informação necessária junto das diversas unidades orgânicas e propondo a resposta.

Acompanhou diversos processos de licenciamento de extracção de inertes.

Tem colaborado em diversas sessões para facilitar a interpretação das normas aplicáveis no âmbito do exercício da actividade dos serviços, destinadas a Vigilantes da Natureza.

Colabora com o SEPNA-GNR prestando esclarecimentos de natureza interpretativa da legislação cuja fiscalização efectuam.

Integrou inúmeros júris de concurso para recrutamento e selecção de pessoal, quer para ingresso no quadro, quer no âmbito de aquisições de serviços e contratos a termo certo.

Integrou diversas comissões de abertura de propostas em concursos públicos como por exemplo "Planos de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, Rio Lis e Rio Vouga", "Aquisição de Cinco Estações de Monitorização da Qualidade do Ar", "Projecto de Requalificação e Ordenamento das áreas Envolventes à Barrinha de Mira".

Integrou o Grupo de Trabalho SNITURH "Inspecção e Fiscalização" participando em diversas reuniões no INAG.

Tem sido orientadora de estágios profissionais de licenciados em Direito, em colaboração com o IEFP, bem como de estágios curriculares em cooperação com a Universidade de Coimbra.

De 1990.09.13 a 1991.01.31, operadora de sistemas do quadro do Ministério do Planeamento e da Administração do Território-DGRN, transitando em 1991.02.01 para a Direcção de Serviços Regionais de Hidráulica do Mondego em Coimbra, passando após reestruturação para a DRARNC, DRA e DRAOT.

De 1989-03-13 a 1990.09.12 terceiro-oficial do quadro do Ministério da Saúde — Administração Regional de Saúde de Santarém — Centro de Saúde de Tomar.

De 1987-03-09 a 1989-03-12, escriturária-dactilógrafa do quadro do Ministério do Planeamento e da Administração do Território–GAT-Tomar.

De 1985.01.01 a 1987.03.08 exerceu funções de empregada de escritório na firma Nissauto — Comércio de Automóveis L.da em Tomar.

Formação Profissional: frequentou diversas acções de formação em informática, relativas a regime jurídico de pessoal, contratação pública e procedimento administrativo, técnicas de direcção e chefia, gestão estratégica, entre outros. É detentora de CAP e Frequentou com aproveitamento no INA, o FORGEP (2006).

Nuno Luís Rodrigues Bravo

Data de nascimento: 22 de Julho de 1970.

Formação Académica: Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 1994.

Actividade profissional:

1995: Ingresso na carreira técnica superior da Administração Pública;

1995-2003: Técnico superior da Direcção de Serviços da Água da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro;

2003-2007: Chefe da Divisão do Gabinete de Informação, Comunicação e Documentação, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

2007: Chefe de Divisão da Divisão de Informação e Monitorização da Comissão de coordenação e Desenvolvimento Regional do centro.

2007 -2008: Chefe de Divisão da Divisão dos Recursos Hídricos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro

2001-2008: Assistente convidado no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra.

Trabalhos em hidráulica fluvial: reabilitação da rede hidrográfica; protecção da orla costeira; análise hidrológica; avaliação de impactes ambientais; programação informática para modelação hidrológica e hidráulica; programação informática de sistemas de informação geográfica.

Trabalhos em sistemas de informação: modernização de infra-estruturas de dados e voz; recuperação e conversão de dados analógicos em digital; implementação de sistemas de informação geográfica; implementação de sistemas integrados de impressão; implementação de sistemas de gestão integrada de processos.

Comunicações em seminários e congressos: ESIG2006, Lisboa; River Basin Management, 2005, Bolonha; GIS PLANET, 2005, Estoril; 7.º SILUSBA, 2005, Évora; EUE 2004, Lisboa; ESIG2004, Oeiras; Congresso Internacional sobre o Rio Minho, 2004, Melgaço; 7.º Congresso da Água, 2004, Lisboa.

João Santos da Costa

Data de nascimento: 29 de Junho de 1948.

Formação académica: Licenciatura em Engenharia Civil, ramo Estruturas, pela FCTUC, em 1975, Estágio: Gotemburgo (Suécia), Vias de Comunicação, 1975.

Actividade profissional:

Docente Universitário (assistente), 1975/1986, Docente Universitário, em acumulação (50 %), 1991-2004.

Técnico superior, na Direcção Regional de Educação do Centro, 1986-1995.

Dirigente: na Chefe de Divisão de Obras na Direcção Regional de Educação do Centro 1992-1993, Coordenador Técnico e Financeiro do "Ensino Especial", na Direcção Regional de Educação do Centro, Chefe de Divisão de Projectos e Obras, na Direcção Regional do Ordenamento do Território do Centro, 1995/2002, Chefe de Divisão de Projectos e Obras de Infra-estruturas, na Direcção Regional do Ordenamento do Território do Centro, 2002/2007, Chefe de Divisão de Projectos e Obras do Litoral, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2007-2008, Substituto legal do director de Serviços, em várias situações.

Participação em congressos, seminários, visitas técnicas, promovidas pela Ordem do Engenheiros, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, organismos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Educação, com destaque para Organização de Processos de Concurso, Fiscalização e Coordenação de Obras do Parque Escolar do Centro e Hidráulicas, Administração Escolar e Políticas Educativas, Saneamento Básico, FORGEP, etc.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Despacho (extracto) n.º 31588/2008

Por despacho de 21 de Agosto de 2008, da vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., por delegação, precedido de comunicação ao Secretário de Estado do Ambiente:

Ernesto de Jesus Moreira, técnico superior principal do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — considerado na situação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Decreto Lei n.º 100/99 de 31 de Março, com efeitos a partir de 16 de Junho de 2008.

18 de Novembro de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins.*

Despacho (extracto) n.º 31589/2008

Por despacho de 21 de Outubro de 2008 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.,e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com

o n.º 1 do artigo 38.º, foi autorizado o pedido de passagem à situação de mobilidade especial por opção voluntária, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República* dos funcionários deste Instituto indicados infra:

Nome: Adriano José Pires da Silva
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Operador de Rádio (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Operador de Rádio
Escalão 2, Índice 133 desde 23de Dezembro de 2002
Nome: Alcides Mouta de Oliveira
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Telefonista (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Telefonista
Escalão 2, Índice 142 desde 2 de Setembro de 2002
Nome: Álvaro José Esteves Rodrigues
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Motosserrista (grupo de pessoal operário qualificado)
Categoria: Motosserrista
Escalão 3, índice 160 desde 12 de Novembro de 2004
Nome: António Grilo Fernandes
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Operador de Rádio (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Operador de Rádio
Escalão 2, índice 133 desde 22 de Fevereiro de 2003
Nome: António Ribeiro Alves
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Carpinteiro (grupo de pessoal operário qualificado)
Categoria: Carpinteiro
Escalão 3, índice 160 desde 25 de Setembro de 2004
Nome: Jorge Barbosa Alves
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Trabalhador rural (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Trabalhador Rural
Escalão 8, índice 181 desde 31 de Dezembro de 1998
Nome: José Manuel Garcia Pereira
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Auxiliar administrativo (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Auxiliar administrativo
Escalão 2, índice 137 desde 8 de Outubro de 2002
Nome: Maria Teresa de Jesus Alves
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Auxiliar administrativa (grupo de pessoal auxiliar)
Categoria: Auxiliar administrativa
Escalão 2, índice 137 desde 30 de Setembro de 2002
Nome: Orlando Domingos Rodrigues Cunha
Natureza do vínculo: Nomeação definitiva
Carreira: Colector de amostras (grupo de pessoal operário qualificado)
Categoria: Colector de amostras
Escalão 3, índice 160 desde 2 de Setembro de 2004.

2 de Dezembro de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins.*

Rectificação n.º 2692/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 30830/2008, no *Diário da República* n.º 231, 2.ª série de 27 de Novembro de 2008, página 48454, referente ao concurso para cargos dirigentes, rectifica-se o seguinte:

Onde se lê «Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão, professor catedrático da Faculdade de Economia.» deve ler-se «Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.»

2 de Dezembro de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otília Martins.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Consumidor

Aviso n.º 29235/2008

1 — Faz-se público que, autorizado por despacho de 15 de Outubro de 2008 do Director-Geral do Consumidor, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da ex-Instituto do Consumidor do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria n.º 962/98, de 11/11.

2 — Foi publicitada em 16 de Outubro de 2008, no portal SigaME, a oferta destinada a reinicio de funções de pessoal colocado em situação de mobilidade especial, por tempo indeterminado para a categoria de assessor da carreira técnica superior, não tendo sido apresentada qualquer candidatura.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar indicado, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Local de trabalho — as funções inerentes ao lugar a prover serão exercidas no âmbito territorial da Direcção-Geral do Consumidor.

5 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — a remuneração a auferir será a correspondente ao escalão/índice fixado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Técnicos superiores principais com pelo menos três anos de serviço classificados de Muito Bom ou cinco anos classificados de Bom (al. *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho).

Métodos de selecção — No presente concurso será utilizado como método de selecção concurso de provas públicas que consistirá na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato.

Na apreciação e discussão do currículo profissional, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, considerando e ponderando, de acordo com as exigências da função, serão considerados os seguintes factores:

a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional posta a concurso;

c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, nomeadamente na área de gestão e Administração Pública e economia, acompanhamento de projectos com financiamento comunitário no que respeita à sua execução financeira, elaboração de orçamentos, planos e relatórios de actividades e outros instrumentos de gestão e acompanhamento de auditorias.

Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção, constam de actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme determina o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director-Geral do Consumidor do Ministério da Economia e da Inovação, o qual poderá ser entregue pessoalmente ou, remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, para a Direcção-Geral do Consumidor do Ministério da Economia e da Inovação, Praça Duque de Saldanha, n.º 31 — 1069-013 Lisboa.

Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data de emissão do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Identificação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de provimento na função pública.

Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação das actividades relevantes e dos respectivos períodos de duração, assim como a formação